

## 2. Fundamentação Teórica

Este capítulo se divide em três seções. Na primeira, como norteador de nosso estudo, abordamos o modelo de comunicação interacional que observa como os participantes constroem conjuntamente o significado na interação. Nessa perspectiva, apresentamos primeiramente os pressupostos teóricos da Sociolinguística Interacional fundamentada nos trabalhos de Goffman (1967, 1974, 1981) e também em conceitos de Gumperz (1982a, 1982b, 1999b) e na seqüência destacamos as contribuições mais relevantes da Análise da Conversa.

Na segunda seção, é realizada uma revisão na literatura sobre como a discordância vem sendo discutida em diferentes tradições de pesquisa, como a Análise da Conversa e a Pragmática. Por fim, dada a natureza argumentativa da fala analisada neste trabalho, apresentamos os estudos que tratam da Argumentação e sua relação direta com a discordância.

### 2.1. Modelo de Comunicação Interacional

Schiffrin (1994) propõe três modelos de comunicação que se relacionam às diferentes abordagens da análise do discurso: o de código, o inferencial e o interacional. Este último se diferencia dos dois primeiros porque considera a comunicação uma atividade conjunta, construída pelos participantes em interação.

Ao contrário do modelo de código que não considera o ouvinte um participante ativo na produção dos significados e das ações, no modelo interacional (doravante MI) o ouvinte desempenha um papel muito mais ativo, buscando uma negociação para encontrar significado no comportamento situado do falante, desenvolvendo interpretações baseadas em múltiplas dimensões (referencial, emotivo e social) e desconsiderando se este comportamento é intencional ou não. Em contraste ao modelo inferencial, a intenção do falante deixa de ser crítica no MI, pois qualquer das intenções arroladas pode vir a constituir o significado da mensagem para um determinado destinatário, mesmo se esta não tenha sido a intenção do falante. Em outras palavras, o falante no MI

não tem a obrigação de mostrar sua intenção, como pressuposto pelo modelo inferencial (Schiffrin, 1994 *apud* Vieira, 2002).

A mensagem no MI, ao contrário do proposto nos outros modelos, emerge da interação entre a informação emitida intencional ou não- intencionalmente por um falante, considerando-se a forma como essa informação é situada e as interpretações que o ouvinte atribui a ela. Sendo então a mensagem situada, ela é menos dependente do código e mais dependente do contexto, embora o conhecimento lingüístico compartilhado entre os participantes da interação contribua para sua interpretação. Segundo Schiffrin (1994), no MI um enunciado é uma resposta não apenas a uma informação transmitida num enunciado anterior, mas à situação na qual o enunciado anterior está situado e também à situação em que o enunciado anterior ajuda a criar.

Esta breve resenha das características do MI proposto por Schiffrin (1994) e baseado em Martins (2002) e Vieira (2002) nos é pertinente porque orienta nossa abordagem, uma vez que tratamos a ocorrência da discordância em nossos dados como uma construção conjunta em que os participantes negociam o significado dos enunciados em interação. Este modelo é assumido por duas tradições de pesquisa relevantes à nossa análise: a Sociolingüística Interacional e a Análise da Conversa, embora apresentem abordagens diferenciadas. Enquanto a primeira observa como os indivíduos constroem entendimento nas interações sociais, incluindo o conhecimento do contexto sociocultural para entender como o discurso indexa significados socioculturais pré-existentes, a segunda trata em específico da fala-em-interação, concentrando-se na organização da conversa.

Assumimos neste trabalho uma perspectiva Sociolingüística Interacional fundamentada em Goffman (1967, 1974, 1981) e em Gumperz (1982a, 1982b, 1999b), observando o processo de interpretação situado, a partir do qual os participantes inferem sobre as intenções comunicativas uns dos outros, através das pistas verbais e não-verbais que formam parte dos repertórios culturais para sinalizar significado na interação. No entanto, também abordamos a perspectiva da Análise da Conversa, utilizando os instrumentos oferecidos por esta tradição de pesquisa na realização de nossa análise dos dados.

### 2.1.1. Sociolingüística Interacional

Segundo Pereira (2002), duas tendências se destacam nos estudos da Sociolingüística Interacional (doravante SI). A primeira volta-se para o fenômeno lingüístico como forma de compreender o que acontece nas interações sociais. Trata-se da interpretação do que os falantes estão fazendo quando falam uns com os outros, de que tipos de relacionamentos são estabelecidos através da fala e como esses relacionamentos são negociados na interação. A segunda tendência centra-se na fala, no discurso, como forma de compreender as unidades lingüísticas aí encontradas, traduzindo o interesse específico em compreender como as unidades lingüísticas funcionam nas conversações.

Os trabalhos de Goffman (1967, 1974, 1981) e de Gumperz (1982a, 1982b, 1999b) contribuem para os estudos da SI de forma específica e semelhante em determinados pontos, principalmente no que tange ao conhecimento como situado na interação. Gumperz considera a linguagem como um sistema de símbolos construído socialmente e culturalmente que reflete e cria no nível macro, o significado social e no nível micro, o significado interpessoal. Os falantes usam a linguagem para fornecer índices contínuos de quem eles são e o que eles querem comunicar. O trabalho de Goffman complementa o de Gumperz quando fornece uma estrutura sociológica para descrever e entender a forma e o significado dos contextos social e interpessoal que fornecem pressuposições para a interpretação do significado (Schiffrin, 1994).

Na SI o significado é estabelecido por um processo complexo de sinais lingüísticos e não-lingüísticos ancorados no contexto, sendo este construído pelos participantes nas atividades em que estão engajados. Goffman (1974) desenvolve seu conceito de *enquadre*<sup>1</sup>, central à discussão do contexto, a partir da noção de Bateson (1972). Este autor introduziu a noção de *enquadre* para explicar as sinalizações que as pessoas realizam entre si, que lhes permitem concordar sobre o nível de abstração e a metagemagem que as mensagens pretendem veicular. A esta metagemagem, Bateson (1972) denominou *enquadre*. O autor demonstrou que qualquer situação comunicativa só pode ser entendida à luz de uma

---

<sup>1</sup> O termo *enquadre* está presente em diversas disciplinas além da Sociologia de Goffman (1974), como nos estudos antropológicos de Frake (1977) e de Bateson (1972), o primeiro a introduzir o termo (*apud* Ribeiro e Garcez, 1998), na Psicologia (Schank e Abelson, 1975), na Inteligência Artificial (Minsky, 1975) e na Lingüística (Fillmore, 1976).

metamensagem, ou seja, um enquadre, sobre como categorizar e interpretar a situação e as ações componentes (Martins, 2002).

O conceito de *enquadre* para Goffman (1974) é visto como uma categoria socialmente situada, que mostra como os participantes de um encontro face a face sinalizam o que dizem ou fazem, ou sobre como interpretam o que é dito e feito, sendo importante à questão *o que está acontecendo aqui e agora?* (idem, ibidem). O autor afirma que o significado das ações sociais é definido em função de princípios – os enquadres - que governam e organizam os eventos sociais. Neste sentido, a análise do contexto se ancora em uma preocupação básica: o processo pelo qual o conhecimento social contribui para a interpretação das ações em situações de fala. Dessa forma, os enquadres estão associados às expectativas dos participantes a respeito de qual atividade está sendo construída e de como interpretar e produzir significado nos enunciados.

Segundo Gumperz (1982a), os enquadres podem ser estabelecidos também pelas pistas de contextualização, que na definição do autor são quaisquer traços da forma lingüística e/ ou não-lingüística, como gestos e posturas, que contribuem para assinalar as pressuposições contextuais:

...é através de constelações de traços presentes na estrutura de superfície das mensagens que os falantes sinalizam e os ouvintes interpretam qual é a atividade que está ocorrendo, como o conteúdo semântico deve ser entendido e *como* cada oração se relaciona ao que a precede ou segue. Tais traços são denominados *pistas de contextualização* (Gumperz, [1982a] 1998:100).

Segundo o autor é através das pistas de contextualização que o falante sinaliza e o ouvinte interpreta qual é a atividade em que estão engajados e com que quadro comunicativo estão operando. Sendo assim, as interpretações são conjuntamente negociadas por falantes e ouvintes, sendo a comunicação uma atividade social que requer esforços coordenados de dois ou mais indivíduos (Pereira, 2002), o que caracteriza o MI na perspectiva sócio-interacional.

A comunicação entre os participantes de uma interação conta também com “inferências sobre o contexto, objetivos interativos e relações interpessoais para produzir enquadres em que se pode interpretar o que está ocorrendo em uma dada situação” (Gumperz, 1982a: 1- 2). Essas inferências nomeadas como *inferências conversacionais* representam “o processo de interpretação situado ou estabelecido

no contexto, a partir do qual os falantes em uma dada conversação avaliam intenções dos participantes e a partir do qual fundamentam suas respostas” (Gumperz, 1999b: 98).

Hymes (1972) define *evento de fala* como uma atividade governada por regras que estabelecem o uso da fala em uma dada sociedade. Em substituição a este termo, Levinson (1979) propõe a noção de atividade de fala, uma atividade reconhecida culturalmente, em que “os participantes focalizam um objetivo bem definido, socialmente constituído, com limites, restrições de participantes e de contexto” (Pereira, 2002: 13). Sendo assim, o debate televisivo que compõe o corpus deste trabalho se apresenta como uma atividade de fala, na qual os participantes possuem objetivos definidos que se refletem nos papéis desempenhados por eles na interação: são jornalistas na função de debatedores de um tema político, baseado em acontecimentos recentes da vida social e política da Espanha<sup>2</sup>. Essa restrição de participação, portanto, determina o conteúdo da fala de cada participante, assim como define o seu papel institucional nesta atividade de fala que segundo Sarangi (2000) é um meio de caracterizar o contexto.

Junto ao conceito de enquadre, Goffman (1974) desenvolveu a noção de *footing* (Goffman, 1981), para caracterizar “os alinhamentos que escolhemos para nós mesmos e para os outros presentes, expressos na forma como gerenciamos a produção e a recepção de uma elocução” (Goffman, 1981: 128). Dessa forma, os participantes constantemente mudam seu *footing* ao longo de suas falas, sendo essas mudanças características inerentes à fala natural. Em outras palavras, *footing* é uma mudança no alinhamento que os participantes assumem para eles mesmos e para os outros presentes em uma situação comunicativa. Podemos então assumir que no contexto argumentativo institucional em que está inserido o corpus deste trabalho, a posição defendida pelo interagente na argumentação estabelece o alinhamento assumido por ele em relação ao outro, consigo mesmo e com o discurso que está sendo co-construído na interação.

Outra noção relevante a nosso estudo é o conceito de *face* de Goffman (1967) que consiste, basicamente, no “valor social positivo que a pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico” (Goffman, [1967] 1980: 67).

---

<sup>2</sup> No capítulo 3, destinado à metodologia, são apresentadas em específico as características do programa analisado.

O autor estabelece orientação protetora e defensiva da face. Mediante a orientação protetora, o falante procura salvar a face dos outros, porém tal ação deve ser feita de uma forma que não leve à perda da sua própria face. Na orientação defensiva, o falante busca salvar sua própria face, o que também deve ser feito com cuidado, pois é importante considerar a perda da face que esta ação pode acarretar nos outros (Pereira, 1997). A manutenção da face é construída na interação social, sendo “condição da interação e não seu objetivo” (Goffman, 1967 *apud* Schiffrin, 1994: 102).

A seguir apresentamos as contribuições da Análise da Conversa que também assume um modelo de comunicação interacional, porém, interessando-se pela análise estrutural da fala-em-interação.

### **2.1.2. A Análise da Conversa**

As trocas conversacionais sempre foram importantes fontes de informação para aqueles interessados nas práticas culturais e na organização social. No entanto, apenas no início dos anos setenta principalmente com Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) que a conversa em si tomou-se um objeto próprio de estudo. Esses autores enfatizavam que a conversa poderia ser um tópico legítimo de investigação sociológica, já que a fala pode ser examinada como um objeto em si, como uma ação social, e detalhes anteriormente insuspeitados eram recursos fundamentais para o que estava sendo feito na fala e através dela (Schegloff, 1992a).

A Análise da Conversa (doravante AC) interessa-se pelos eventos de fala na vida cotidiana e em contextos institucionais, através do uso da linguagem que comporta não só itens reconhecidamente lingüísticos - como palavras e frases - mas também, marcadores conversacionais - como *ã?* (Drewn, 1997); *ãhã* (Sacks, 1992); entre outros - e aspectos não-verbais da conversa, como as pausas, os recomeços, falsos começos de palavras e risos (Jefferson, 1985), além de aspectos visuais como os gestos e as posturas. A AC parte da observação de interações de ocorrência natural, isto é, interações que ocorreram durante uma ocasião que não foi planejada ou controlada pelos investigadores. Essas interações são registradas

em áudio e/ou vídeo, que são posteriormente transcritas, conforme um sistema de convenções desenvolvido por Gail Jefferson (Atkinson e Heritage, 1984) e analisadas tendo como foco privilegiado a perspectiva dos participantes no momento da interação, isto é, as questões para as quais os interagentes observadamente se orientam na construção das suas ações. Considerando-se que, na fala-em-interação, sobretudo na conversa cotidiana, os participantes estão continuamente demonstrando uns para os outros seus entendimentos quanto ao que estão fazendo, que por sua vez se tornam disponíveis também para observadores externos (no caso, os analistas), o que interessa para a análise são esses entendimentos revelados, demonstrados, pelos próprios participantes, uns para os outros, na sua inter-ação (Pomerantz e Fehr, 1997).

O método é uma análise sistemática de o que as pessoas fazem com a linguagem nas diferentes situações, consideradas os contextos que determinam o sentido ou o significado de uma conduta assumida pelo participante durante a interação. A conduta é entendida e baseada em alguns procedimentos e métodos compartilhados, sendo então, a meta da AC explicar, através da análise da fala-em-interação, os métodos compartilhados que os participantes usam para produzir e reconhecer a sua conduta e a de outros:

A conduta é produzida e entendida como resposta a uma contingência local e imediata da interação. O que um interagente contribui é determinado pelo o que acabou de ser dito ou feito e é entendido em relação ao anterior. Sobre o curso de uma interação, o contexto continuamente muda: cada contribuição fornece um novo contexto para o próximo (Pomerantz e Fehr, 1997: 69)<sup>3</sup>.

Dessa forma, o que um interagente diz é determinado pelo o que acabou de ser dito ou feito e é entendido em relação ao que foi dito ou feito anteriormente. Para entender uma conduta é preciso saber o tipo de ocasião – contexto - em que ela ocorre, quem está interagindo com quem, onde e quando a interação se desenvolve.

Em nossos dados de contexto institucional a orientação de um participante em direção a outro na interação determina o contexto argumentativo em que está inserido, que para a AC só será definido desta forma se a conduta dos

---

<sup>3</sup> Tradução nossa.

participantes da fala-em-interação assim o mostrar e não por situações externas à fala em desenvolvimento, ou segundo Hutchby e Wooffitt (1998) não por “forças sociais abstratas que se impõem aos participantes” (idem, 1998: 147).

Os estudos da AC demonstram que a fala-em-interação é um fenômeno ordenado e organizado sistematicamente, como por exemplo, a organização da fala em turnos, ou seja, em enunciados proferidos pelos interagentes uns após os outros em seqüências de ações na conversa. A seqüencialidade das elocuições permite que a conversa prossiga num fluxo temporal já que cada nova elocução é uma nova contribuição para a interação em andamento. A produção de um enunciado seguido de outro orienta os falantes no decorrer da conversa que organizam a distribuição de turnos em torno de lugares relevantes de transição, determinados por pontos de possível finalização de unidades de construção de turnos em curso (Sacks et al., 1974). Ao encontrar o ponto de transição o falante corrente pode selecionar o próximo falante, este pode se auto-selecionar ou o primeiro pode continuar se auto-selecionando não permitindo assim a troca de falante.

Essa distribuição de turno como observada pelos analistas da conversa (Sacks et al., 1974) tem sua ocorrência de forma particular em nossos dados de interação institucional, uma vez que o turno de cada participante é controlado pelo programa que estipula um tempo de fala – cinquenta e nove segundos – e ao encerrar o tempo, o microfone é desligado, sendo o falante impedido de continuar se auto-selecionando. Além disso, não é permitido pelas regras do programa o falante corrente selecionar o próximo falante, com exceção da mediadora que é a participante da interação que possui o direito de alocação de piso, sendo ela quem convoca o próximo falante a proferir o turno. As auto-seleções, embora haja ocorrência nos dados, são observadas em raros momentos, não ocorrendo, no entanto, a tomada do piso conversacional. Em outras palavras, é o mesmo que dizer que neste contexto, o falante não fala na hora que quer<sup>4</sup>.

A fala “controlada” no contexto institucional é um diferencial em relação à fala cotidiana, pois nesta, a tomada de turno pode variar livremente (Hutchby e Wooffitt, 1998), sendo controlada pelos interagentes turno a turno. Na fala institucional há um “controlador” da interação, que pode ser, como em nossos

---

<sup>4</sup> Cf. capítulo 3 sobre as características do programa em análise.

dados, a mediadora do debate, que decide quem tomará o próximo turno, ou numa entrevista em que há uma seqüência de turnos baseada em pergunta-resposta, onde cabe ao entrevistador conduzir a interação (Heritage e Greatbatch, 1991). Essas interações mostram que o gerenciamento do turno é sensível às diferenças do contexto de fala. Hutchby e Wooffitt (1998) consideram os contextos institucionais “sistematicamente assimétricos” (idem, ibidem: 160) em contraste com a conversa cotidiana, exatamente por essas relações não igualitárias nos turnos de fala, onde os participantes possuem papéis sociais que são demonstrados na “forma da fala em que estão engajados” (idem, ibidem: 149).

Um forte indício da seqüencialidade da conversa é o conceito de pares adjacentes, compostos de dois turnos, executados por falantes diferentes, normalmente posicionados adjacientemente um após o outro e que podem ser diferenciados como sendo um deles a primeira parte do par (doravante PPP) e o outro uma segunda parte do par (doravante SPP). Algumas ações na conversa ocorrem necessariamente em pares reconhecidos convencionalmente como os cumprimentos, as despedidas, os convites, as perguntas e respostas, de forma que uma PPP requer uma SPP específica. Por exemplo, ao dizer *oi* a PPP espera ouvir da SPP uma resposta como *oi* ou qualquer outra equivalente. Assim como uma pergunta projeta em resposta uma resposta; um pedido, uma aceitação ou recusa; uma despedida, outra despedida, etc.

Um par adjacente forma uma seqüência mínima de conversa. Porém, antes da PPP, entre a PPP e a SPP e após a SPP podem ocorrer mais falas (Schegloff, 1995; Gago, 2005). Um convite, por exemplo, pode ser precedido de um pré-convite, como *o que você vai fazer hoje?* ; antes de aceitá-lo ou recusá-lo podem ocorrer pedidos de esclarecimento sobre a ação, como *aonde ir, que horas, quem vai, como vai*. Todas essas ações ocorrem em pares adjacentes, mas gravitam em torno de uma ação-núcleo: o convite. Por isso, o convite seria a seqüência de base, com PPP de base e SPP de base.

Sendo assim, como afirma Duranti (1997), um par adjacente proporciona um enquadre interpretativo, quer dizer, ele pode ser

uma ferramenta fundamental que os próprios participantes usam para interpretar as ações uns dos outros, pois, ao produzir a primeira parte de um par adjacente, o falante cria um enquadre interpretativo no qual o que acontece a seguir não é

apenas ‘uma resposta’, um ‘segundo lance’, mas uma demonstração de como o interlocutor interpretou a primeira parte do par (Duranti, 1997: 10).

Se o falante do primeiro turno, por exemplo, profere uma avaliação, cabe ao falante do segundo turno proferir outra em resposta à primeira numa seqüência de par adjacente. No caso de falas avaliativas como observa Pomerantz (1984), espera-se que na segunda parte do par o falante concorde com a avaliação feita ou discorde. Desta forma, a autora amplia a noção de *preferência* abordada em Sacks e Schegloff (1979) que revela a orientação dos participantes para o que é esperado na seqüência de produção de uma ação. A autora evidencia como a preferência opera na produção de turnos de concordância ou discordância em relação a um turno anterior<sup>5</sup>. Ao concordar o falante o faz sem marcas discursivas, evidenciando que é a ação esperada a seguir, ou seja, a preferida. Ao discordar a ação é marcada discursivamente – não-preferida – realizada com atrasos em relação à anterior, como observamos no exemplo (1), linha 30, no qual três mitigadores de força – *bueno, vamos, creo* – adiam a ação principal do turno, que é a ação de discordar:

(1)

Isabel:

22 >a mí me  
23 parece< que la actuación fue impecable

Margarita:

30 bueno, vamos yo creo que la actuación no fue en  
31 absoluto impecable

O conceito de preferência se desenvolveu na pesquisa em AC para caracterizar eventos conversacionais nos quais linhas de ação alternativas, mas não equivalentes, estão disponíveis para os participantes. O termo se refere a gama de fenômenos associados ao fato de que escolhas entre linhas de ação não-equivalentes são rotineiramente implementadas de maneiras tais que refletem uma ordem institucionalizada de alternativas (Atkinson e Heritage, 1984). O estudo

<sup>5</sup> A relação entre preferência e discordância, assim como os estudos posteriores (Schiffrin, 1984; Blum-Kulka et al., 2002) que discutem essa questão estão em destaque no item 2.2.1 que trata em específico da discordância na interação.

destas ações “pode nos dar não apenas uma noção de o que os atores sociais estão perseguindo, mas também de o que é considerado normal ou esperado em uma dada situação” (Duranti, 1997: 260). Apesar do significado que o nome preferência pode abarcar, sua noção para a AC não pretende fazer referências a desejos ou disposições pessoais e subjetivas, mas sim aos aspectos de organização temporal da produção e da construção interna dos turnos, através dos quais os participantes demonstram sua orientação sobre a ação que estão produzindo.

Outro conceito importante da AC de relevância a nosso estudo é o conceito de reparo, usado para corrigir possíveis perturbações no andamento da interação. A organização do reparo pretende explicar como os falantes utilizam mecanismos para a resolução de problemas interacionais de escuta (um falante pode não ouvir bem o que o outro acabou de dizer), produção (o falante pode se enganar ao falar alguma palavra) e compreensão (um pode não entender o que o outro está querendo dizer com o que disse) causados por eles e/ou por seus interlocutores durante a fala-em-interação. Schegloff et al. (1977) observaram que seqüencialmente o reparo é constituído de duas partes, a iniciação na qual o participante aponta que há um problema a ser tratado e o resultado onde esse problema pode ser resolvido. Esses dois movimentos podem ser realizados tanto pelo falante do problema quanto pelo seu interlocutor, combinando assim, quatro possibilidades básicas de trajetórias de reparo<sup>6</sup>, sendo que apenas duas<sup>7</sup> são encontradas em nossos dados:

(i) reparo iniciado pelo falante do problema e por ele resolvido;

(2)

Margarita:

44 [en todo ca]so, la ley de partidos prevé establece que  
45 una a que fuera uno por una persona de ese origen no  
46 sería argumento para ilegalizarlo, tendría que haber  
47 varias

<sup>6</sup> Há descrições posteriores a Schegloff et al. (1977) de trajetórias de reparo em terceira e quarta posições, apresentadas centralmente em Schegloff (1992b).

<sup>7</sup> As outras duas trajetórias de reparo observadas por Schegloff et al. (1977) são: (iii) reparo iniciado pelo falante do problema e resolvido pelo interlocutor e (iv) reparo iniciado pelo interlocutor e resolvido pelo falante do problema.

Neste fragmento de turno, a participante reconhece um problema de produção em *preve* (l. 43) e imediatamente o resolve com a troca do termo problemático por *establece* (l. 43) que seria o pretendido por ela em sua fala.

(ii) reparo iniciado e resolvido pelo interlocutor:

(3)

Isabel:

21 lo que tenía que hacer el gobierno  
22 ahora es intensificar la lucha contra el terrorismo de eta  
23 y por supuesto instar la ilegalización del partido  
24 comunista a las tierras vascas cuyo organizador de la  
25 campaña electoral es un miembro del grupo (donosti)  
26 detenido el otro día y el que le sujeta el paraguas al lado  
27 de él

Margarita:

32 bueno has hecho un poco de lío en cuanto a las  
33 [personas

Isabel:

34 [no

Margarita:

35 quien aguantaba el paraguas era un miembro del  
36 comando  
37 [pero no del partido comunista de las tierras vascas

Isabel:

38 >[ ( ) sí que hace las campañas del partido comunista  
39 [en las tierras vascas<

A participante do segundo turno do exemplo (3), Margarita, identifica um problema no turno anterior ao seu: *organizador de la campaña electoral es un miembro del grupo (donosti) detenido el otro día y el que le sujeta el paraguas al lado de él* (l. 24 – 27). Inicia o reparo no fragmento *bueno has hecho un poco de lío en cuanto a las personas* (l. 32 – 33) e o resolve quando corrige a informação por *quien aguantaba el paraguas era un miembro del comando pero no del partido comunista de las tierras vascas* (l. 35 – 37)

O reparo ocorrido no exemplo (3) é realizado através de uma *correção* “normalmente entendida com referência à substituição de um erro ou um engano por algo que é correto” (Duranti, 1997: 16). A diferença entre a correção e o reparo é que para os analistas da conversa, este último não depende de erro. Ele é um recurso utilizado pelo falante para tentar resolver o que é percebido como um problema ou uma dificuldade na interação. O falante pode utilizá-lo por não encontrar a palavra certa, ou por pretender se expressar de outro modo, por achar que o que foi dito não é correto, adequado, ou preciso no momento da fala, como no exemplo (2). Assim, ele procura dizer de outra maneira, isto é, “corrigindo ou aumentando” (Duranti, 1997: 16), como um modo de consertar o que foi dito. Desde essa proposta de Schegloff et al. (1977) entende-se em AC que o reparo é mais abrangente do que a correção, sendo esta um componente possível em certas trajetórias de reparo.

As trajetórias de reparo presentes neste trabalho – (i) reparo iniciado pelo falante do problema e por ele resolvido e (ii) reparo iniciado e resolvido pelo interlocutor – não são relativas à tomadas de turno, visto que os reparos são realizados pelo falante em curso e não pela intervenção ou interrupção do interlocutor.

Cabe esclarecer neste ponto a diferença entre os termos *intervenção*, *interrupção* e *sobreposição* que serão adotados neste trabalho baseando-se na visão de Tannen (1994) sobre esta questão. A autora afirma que *interrupção* e *sobreposição* são conceitos diferentes. A *sobreposição* é um conceito descritivo caracterizado por pelo menos duas vozes falando ao mesmo tempo. Já a *interrupção* é um conceito interpretativo que ocorre quando o falante toma o turno de tal maneira que infringe o direito do outro de continuar falando, ou seja, a interrupção está relacionada diretamente à tomada de turno e, por conseguinte, a tomada do piso conversacional.

Observamos a partir desta definição de Tannen (1994) que apesar de diferentes esses termos se entrelaçam em suas aplicabilidades: a interrupção pode ocorrer com sobreposição de falas ou não. Neste último caso, a tomada de turno pode acontecer em um lugar relevante de transição (Sacks et al., 1974) sem que haja necessariamente duas falas simultâneas em andamento. No primeiro caso – interrupção com sobreposição – a interrupção só ocorre se o falante que é sobreposto cessa sua fala em um determinado ponto permitindo que o outro tome

o piso. Se o primeiro interagente não pára sua fala iniciando uma disputa pelo piso na qual ele saia vencedor ocorre o que denominaremos aqui de *intervenção*, caracterizada por uma interferência no turno em curso desencadeando um período geralmente curto (Sacks et al., 1974) de falas simultâneas em que o falante interventor não consegue tomar o piso conversacional. Observe a interação (4) abaixo, já observada no exemplo (3) e (2):

(4)

Isabel:

21 lo que tenía que hacer el gobierno  
22 ahora es intensificar la lucha contra el terrorismo de eta  
23 y por supuesto instar la ilegalización del partido  
24 comunista a las tierras vascas cuyo organizador de la  
25 campaña electoral es un miembro del grupo (donosti)  
26 detenido el otro día y el que le sujeta el paraguas al lado  
27 de él

Margarita:

32 bueno has hecho un poco de lío en cuanto a las  
33 [personas

Isabel:

34 [no

Margarita:

35 quien aguantaba el paraguas era un miembro del  
36 comando  
37 [pero no del partido comunista de las tierras vascas

Isabel:

38 >[ ( ) sí que hace las campañas del partido comunista  
39 [en las tierras vascas<

Margarita:

40 [NO

Isabel:

41 >sí sí sí el que hace las campañas electorales del partido  
42 comunista en las tierras vascas<  
43 [sí sí sí...sí ]

Margarita:

44 [en todo ca]so, la ley de partidos prevé establece que  
45 una a que fuera uno por una persona de ese origen no  
46 sería argumento para ilegalizarlo, tendría que haber  
47 varias

No exemplo acima, a participante Isabel intervém no turno de sua interlocutora não ocorrendo uma interrupção, já que esta não cessa sua fala.

Pode ocorrer ainda uma intervenção disfarçada de interrupção – uma *falsa interrupção* – na qual o segundo falante ao encontrar um lugar de transição relevante inicia sua fala, não sobreposta, numa tomada de turno que não desencadeia a tomada do piso, pois o falante momentaneamente interrompido retoma seu turno dando prosseguimento a sua fala:

(5)

Margarita:

60 además le decía ( ) en su momento “hay que construir  
61 argumentos pequeños desde distintos puntos para tapar  
62 la verdad que queremos tapar” ((ela lê na pauta)) es una  
63 táctica muy conocida y no digo que se esté >copiando a  
64 revés< no lo digo pero que es una táctica usada a lo  
65 largo de la historia=

Jose Antonio:

66 =pero ese efecto sabes que ocurre que lo peor lo peor de  
67 todo es tapar justamente las pequeñas cosas porque no  
68 >pasaría absolutamente nada< que se (habido) una  
69 vinculación por mínima que sea de un etarra que ha  
70 conocido a un chino en la cárcel y le enseñó a fabricar  
71 una bomba o en autobús como tú dices o donde sea lo  
72 que no había ningún sentido es ocultar las cosas que es  
73 lo que aquí se ha ocurrido,

Margarita:

74 lo que-

Jose Antonio:

75 si no fuera ocultado nada en un primer momento te  
76 aseguro que no iba a motivar esta  
77 situa[ción

Ana:

78 [margarita

Margarita:

79 vamos a ver el asunto es de suma es de suma  
80 importancia como para seguir buscando vinculaciones por el  
81 camino

Jose Antonio:

82 [ no no no digo nada ( )]

Margarita:

83 [ ( ) me has quita] do antes la palabra deja que

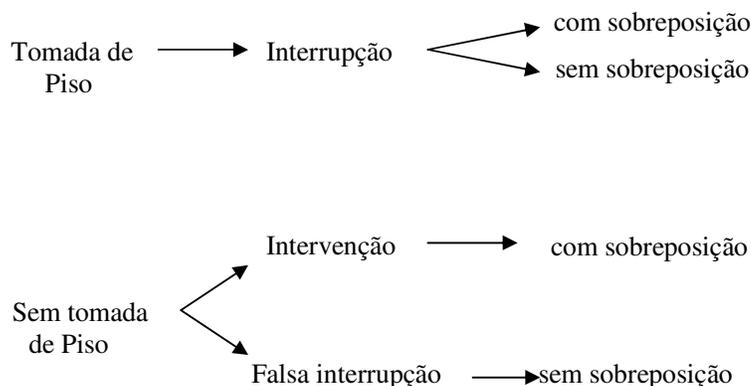
84 yo termine.

No fragmento (5) o integrante Jose Antonio encontra um possível lugar de transição relevante e inicia sua fala na linha 66 numa tomada de turno que não leva à tomada do piso conversacional, pois Margarita luta pelo piso nas linhas 74, entre as linhas 79 e 81, após a intervenção da apresentadora na linha 78, e novamente nas linhas 83 e 84, após uma segunda tentativa de José Antonio de tomar o piso conversacional. Com a retomada da apresentadora à participante iniciante, na linha 78, fica claro que o piso pertence a Margarita e, que, portanto, deve voltar a ela. Esse tipo de interrupção é o que denominaremos aqui de *falsa interrupção*.

É relevante mencionar que nos dados deste estudo as intervenções ocorrem em pouca frequência, mas ainda assim em número maior que as falsas interrupções, enquanto não há casos de interrupções. A figura a seguir retrata essa questão:

Figura 1

Disputa do Piso Conversacional



A iniciação do reparo pelo interlocutor é segundo aponta Pomerantz (1984), um recurso que atrasa a manifestação explícita da discordância, definindo-a como uma pré-discordância. Por outro lado, Maynard (1985a) questiona que a iniciação

do reparo pelo outro pode ser um recurso para desenvolver a discordância e uma maneira de sinalizar uma oposição ao turno anterior e que “quando o primeiro falante realiza o reparo (...), isso desfaz a oposição imediatamente. Quando o primeiro falante rejeita uma iniciação de reparo, isso mantém a oposição” (Maynard, 1985a: 6).

Em ambas as abordagens a proximidade entre reparo e discordância é visível, assim como a noção de preferência mantém uma relação estreita com a discordância. Sendo essa última relação de vital importância a esta pesquisa faz-se necessário então um estudo a parte sobre o fenômeno da discordância e como vem sendo apresentada pela literatura pertinente.

## 2.2. A Discordância

Em termos gerais, uma discordância pode ser definida como uma oposição entre no mínimo duas posições diferentes com relação a algum assunto, realizada em turnos seqüencialmente adjacentes, sendo dependente do falante do segundo turno considerar a posição assumida pelo falante do primeiro turno da seqüência como “discutível” (Loder, 2006). Segundo afirma Stalpers (1995), ao discordar “o falante mostra que as suas expectativas estão em desacordo com o que o outro disse” (1995: 277). Portanto, se o falante do segundo turno não se opõe à posição levantada por seu interlocutor não se instaura a discordância, sendo então um resultado da reação de um falante ao enunciado de outro falante.

Dessa forma, a discordância é vista dentro da estrutura seqüencial de turnos sendo um par adjacente na medida em que é projetada na ação seguinte uma resposta a uma posição levantada no turno anterior, o que orienta o interlocutor para o que é esperado na seqüência de produção da ação. Por isso, a seqüencialidade dos pares da ação é de relevância na observação da discordância e de vital importância a esse estudo, pois é a seqüência do par e a noção de preferência que determinará se a ação seguinte é discordante ou não.

Ao realizar a discordância como ação não-preferida (Pomerantz, 1984), marcada discursivamente, o falante utiliza estratégias de adiamento ou mitigação. Quando a discordância é considerada não-preferida por possuir um status socialmente evitável (Brown e Levinson, 1987; Leech, 1983), sua ocorrência

solicita um trabalho interacional que objetiva prevenir seqüências negativas no relacionamento entre os participantes da interação (Stalpers, 1995; cf. Levinson, 1983: 334). As estratégias de mitigação então, segundo Stalpers (1995), reduziriam alguns efeitos inoportunos que um ato comunicativo poderia ter para o falante. Estratégias semelhantes são usadas em contextos argumentativos em que a discordância é tomada como a preferida, ou seja, menos evitável na situação de fala (Schiffrin, 1984; Hayashi, 1996; Georgakopoulou e Patrona, 2000). Estas três abordagens do termo *preferência* nos levam a discutir os recursos empregados pelos interlocutores na tentativa de mitigar o ato da discordância nas diferentes situações de fala, em específico nos turnos argumentativos que é o objeto de estudo deste trabalho.

Visando uma melhor abordagem sobre essas questões dividimos essa seção em duas partes. Na primeira, discutimos a discordância em relação à noção de preferência, abordando as controvérsias que o termo implica, e como essa relação é apresentada em diferentes linhas de pesquisa como a AC e a Pragmática. No segundo item, são retratados os recursos utilizados pelos falantes ao discordar, como as estratégias de polidez e de preservação de face.

### **2.2.1. A Discordância e a Preferência**

A principal referência no estudo da organização da discordância na linha teórica da AC é Pomerantz (1984) em sua análise de turnos seqüenciais de falas avaliativas, constatando que a discordância na fala-em-interação é organizada seqüencialmente e produzida seguindo determinadas normas de interação social. A autora amplia a noção de preferência (Sacks e Schegloff, 1979) observando que os falantes do segundo turno após ouvir um enunciado avaliativo possuem duas escolhas: concordar ou discordar com a avaliação proferida. Pomerantz (1984) observa que a ação preferida é a concordância, realizada sem marcas discursivas, isto é, sem hesitações ou prefácios, dita imediatamente à anterior evidenciando uma ação esperada – a preferida -, ou seja, não marcada discursivamente. A discordância, no entanto, é a ação não-preferida, realizada a partir da utilização de

estratégias discursivas demoradas, marcadas discursivamente por reparos iniciais<sup>8</sup>, silêncio, questões repetidas, repetições parciais, hesitação, pedidos de esclarecimento, prefácios<sup>9</sup>, etc (Pomerantz, 1984; cf. Levinson, 1983).

Nos dados observados pela autora, a não-preferência por discordância está presente na vasta maioria dos casos, exceto em turnos que se seguem a uma auto-depreciação. Nesse caso a discordância se torna a ação preferida, ocorrendo imediatamente após o turno inicial, uma vez que a concordância a essa ação anterior significaria aceitar a avaliação negativa do primeiro falante e concordar com a crítica feita a ele.

Enquanto a AC descreve as ações em pares sinalizadas por presença ou ausência de marcação discursiva, outras tradições como a pragmática de Brown e Levinson (1987) e Leech (1983) têm procurado explicar essas ações além do status de marcação discursiva. Brown e Levinson (1987) consideram que o falante ao produzir o enunciado o faz seguindo suas intenções e motivações psicológicas, baseadas na necessidade do indivíduo de ser polido. Em seu trabalho sobre polidez, as questões de face vêm sendo tratadas como significativas para entender porque algumas ações são marcadas e outras não o são.

Leech (1983), baseando-se na meta social de estabelecer as boas relações entre os indivíduos, estabelece seis máximas em seu Princípio da Polidez. Dentre elas uma, a (v), aponta a preferência por concordância:

- (I) MÁXIMA DO TATO (em impositivas e comissivas)
  - (a) Minimize o custo para o *outro*
  - [(b) Maximize o benefício para o *outro*]
- (II) MÁXIMA DA GENEROSIDADE (em impositivas e comissivas)
  - (a) Minimize o benefício para si
  - [(b) Maximize o custo para si]
- (III) MÁXIMA DA APROVAÇÃO (em expressivas e assertivas)
  - (a) Minimize o descontentamento do *outro*
  - [(b) Maximize o contentamento do *outro*]
- (IV) MÁXIMA DA MODÉSTIA (em expressivas e assertivas)
  - (a) Minimize o contentamento do eu
  - [(b) Maximize o descontentamento do eu]

<sup>8</sup> Cf. item 2.1.2 na discussão sobre reparo.

<sup>9</sup> Os prefácios de turnos discordantes, segundo a autora, também podem-se constituir de uma concordância fraca, ou parcial, realizada geralmente por elementos adversativos como “*sim, mas*”.

## (V) MÁXIMA DA CONCORDÂNCIA (em assertivas)

- (a) Minimizar a discordância entre o eu e o *outro*
- [(b) Maximizar a concordância entre o eu e o *outro*]

## (VI) MÁXIMA DA SOLIDARIEDADE (em assertivas)

- (a) Minimizar a falta de compartilhamento entre o eu e o *outro*
- [(b) Maximizar o compartilhamento entre o eu e o *outro*]<sup>10</sup>

Nas máximas (I) do tato e (III) da aprovação a não-preferência por discordância também está implícita na medida em que para ser polido o falante deve minimizar o custo e o descontentamento do outro, e uma ação discordante iria de encontro ao desejo do falante de evitar o conflito, pois causaria ao ouvinte um descontentamento e um custo não desejável na interação.

A teoria da polidez de Brown e Levinson (1987) é baseada na noção de face de Goffman (1967), propondo uma separação entre face positiva e face negativa. Por face positiva entende-se o desejo de todo indivíduo de ser apreciado e aprovado pelos outros. A face negativa implica no desejo de cada indivíduo de não ser impedido na realização de suas ações. Os autores assumem que ambos falante e ouvinte têm interesse em manter cada um a face do outro, mas em alguns momentos eles cometem atos de ameaça à face (AAF<sup>11</sup>). Como minimizadores desses AAF eles sugerem estratégias de polidez positiva e negativa, além das indiretas.

Brown e Levinson (1987) consideram a discordância pertencente a “esses atos que ameaçam a face positiva, por indicar (potencialmente) que o falante não se preocupa com os sentimentos e as necessidades do ouvinte” (1987: 66), sendo uma de suas estratégias de polidez positiva “evitar a discordância” (1987: 113 – 117), considerando-a, assim como em Leech (1983) um ato não desejável pelo falante, ou seja, não-preferido. É importante observar que nenhum dos autores - Brown e Levinson (1987) e Leech (1983) – menciona um ato de fala tendo um status preferido ou não-preferido. No entanto, é possível afirmar que a partir de suas propostas, a discordância seria uma forma de comunicação não-preferida quando se tem interesse em preservar a harmonia da interação, evitando o conflito.

---

<sup>10</sup> Tradução nossa.

<sup>11</sup> Em Brown e Levinson (1987) *face-threatening acts* ou FTAs.

Uma terceira distinção do termo preferência é a que Hayashi (1996) define como *abordagem contextual* em que “a preferência é concebida como uma ação convencional classificada institucionalmente onde as escolhas disponíveis não são equivalentes” (Bilmes, 1988 *apud* Hayashi, 1996: 230), não existindo, portanto, uma correlação entre ações alternativas e tipo de preferência. Essa visão elimina o estabelecimento *a priori* de que certas ações são socialmente preferidas enquanto outras são não-preferidas, cabendo à sua análise a observação do contexto em que tais ações ocorrem. Enquanto, por exemplo, em atos avaliativos a concordância constitui uma resposta preferida, numa argumentação a preferência tende a ser pela discordância, que segundo Hayashi (1996: 230) “a ausência de discordância é interpretada como a falha para defender uma posição”, pois espera-se que os participantes da discussão defendam suas posições, muitas vezes contrárias, quanto ao turno anterior. Dessa forma, a abordagem contextual amplia o conceito de preferência desenvolvendo-o em função da situação de fala na qual determinada situação ocorre, que condiciona as escolhas do falante, selecionadas para manter o curso da interação. Essa abordagem do termo preferência é de interesse dessa pesquisa, pois explica, de certa forma, porque no contexto argumentativo a preferência por discordância é acentuada.

Outros estudos discutem a possibilidade de situações em que a discordância seria a preferida. Schiffrin (1984) analisando uma conversa entre participantes de origem judaica aponta que a construção freqüente da discordância revela uma preferência pelo ato, justificado pela sociabilidade entre os participantes e não por caracterizar situações de conflito. A defesa da autora é vinculada ao que ela denomina ser um argumento maior, de que haveria uma especificidade cultural na organização de seqüências de discussão.

Baseando-se na mesma hipótese da influência cultural, Blum-Kulka et al. (2002) em análise da cultura judaica em contextos de disputa, onde a discordância é a ação preferida, questionam que a cultura - judaica - é um elemento de influência na determinação da organização de seqüências de disputa, não apresentando, como aponta Schiffrin (1984), uma discordância sociável, e sim, uma discordância vinculada ao conflito. Da mesma forma, Lee e Peck (1995) em seus dados de um programa de televisão australiano revelam que as discordâncias encontradas indicam conflito e não sociabilidade entre os participantes, apesar de

que em alguns momentos as práticas discordantes se assemelham às apontadas por Schiffrin (1984) como sociáveis.

Observamos que a relação entre discordância e conflito está vinculada ao contexto em que ela está inserida, sendo o contexto situacional mais relevante, nos casos relatados, que o cultural, o que nos faz discordar do argumento de Schiffrin (1984) de que a situação cultural condiciona as seqüências de discussão. Na análise da rotina de uma família australiana em um programa de televisão (Lee e Peck, 1995) a discordância pode ocorrer como um conflito na interação causado por uma determinada disputa de posições sobre um tema polêmico, por exemplo, ou como questões do dia-a-dia que não necessariamente geram um conflito, mas que estão presentes na vida familiar, numa situação de intimidade em que as discordâncias, muitas vezes, são realizadas sem as estruturas marcadas discursivamente e que nem por isso causam uma perturbação na interação e nem ameaçam à face do outro. De forma oposta, numa situação em que o contexto cultural seria o mesmo – os dados de interação judaica de Schiffrin (1984) e de Blum-Kulka et al. (2002) – o situacional é determinante nas análises da discordância como a ação preferida. Ao contrário de Schiffrin (1984), para Blum-Kulka et al. (2002) o contexto de análise é de disputa, onde espera-se que os interlocutores oponham-se uns aos outros nas defesas de posições ao tema proposto, que por si só é polêmico: um debate sobre política.

Endossando essa questão do contexto situacional sobre o cultural em termos de relevância nas análises de discordância como a ação preferida, a contribuição de Georgakopoulou e Patrona (2000) se assemelha em muito a de Blum-Kulka et al. (2002), sendo que seus dados são relativos a um debate político na televisão grega. Kakavá (1993) em sua análise também grega de uma conversa e do discurso de sala de aula afirma que a discordância acarreta um confronto que pode desencadear uma discussão ou uma disputa, sendo então “um gerador potencial de conflito” (1993: 36). No entanto, ao comparar as propostas deste autor às de Georgakopoulou e Patrona (2000), em que diferem no contexto situacional em que estão inseridas - análise de uma conversa e do discurso de sala de aula e um debate político televisivo - observamos que discordância e conflito nem sempre apresentam o mesmo vínculo nas mesmas situações. Num debate em um contexto institucional, como em nosso corpus, a discordância não é geradora de conflito e sim constituinte dele, na medida em que entendemos conflito como a oposição

verbal estabelecida entre dois falantes em interação que se opõem a um mesmo tema em discussão na seqüência de turnos. É notável, então, que os contextos determinam as preferências adotadas pelos interlocutores em dadas situações.

Por fim, cabe-nos uma última discussão sobre como abordamos o termo preferência em nosso trabalho. Considerando que o debate se caracteriza por ser propício à argumentação, uma vez que os participantes engajam-se em turnos discordantes em que posições opostas são defendidas, assumimos uma abordagem contextual na qual elimina-se *a priori* da análise o estabelecimento de que certas ações são socialmente preferidas enquanto outras são não-preferidas. Sendo assim, a partir de nosso corpus e do contexto em que ele está inserido, consideramos a discordância como um ato preferido por possuir um status menos evitável na seqüência da interação.

### 2.2.2. Recursos na Realização da Discordância

Georgakopoulou e Patrona (2000) observaram em sua análise de um debate em grego que ao realizar a discordância os falantes a faziam através de estratégias de adiamento ou de mitigação, sendo esta última produzida através de marcadores de polidez. De uma forma semelhante, Pomerantz (1984) concluiu que turnos envolvidos em discordância eram geralmente estruturados de modo a minimizar a ocorrência de discordância declarada – exceto nas auto-depreciações<sup>12</sup>. A autora não observou estratégias de polidez na realização do ato da discordância, mas reconheceu que tal ato era feito de forma atrasada ou mitigada.

Como recurso de mitigação, o falante se apropria de minimizadores – *hedges* – que segundo Tannen (1993) podem “suavizar o impacto de uma avaliação negativa” (idem, *ibidem*: 28) em relação ao ouvinte. Dessa forma, eles podem ser um meio de expressar o trabalho de face desenvolvido na interação para proteger as necessidades da face do ouvinte. Brown e Levinson (1987) definem um minimizador como:

uma partícula, palavra ou frase que modifica o grau de relacionamento de um predicado ou frase nominal num contexto; relacionamento que é *parcial* ou

---

<sup>12</sup> Cf. item 2.2.1, relativo à discussão da preferência e sua relação com a discordância.

verdadeiro unicamente em certos aspectos, ou que é *mais* verdadeiro e completo que talvez possa ser esperado (ênfase no original) (Brown e Levinson, 1987: 145).

No contexto de exposição pública do programa de debate televisivo de nosso corpus, preservar a face do *self* e do *outro* envolve uma colaboração maior dos interlocutores que estão todo o tempo em risco de perdê-la em suas posições e contraposições. Nesta atividade de fala, os participantes procuram equilibrar a construção da face com a ameaça à face do outro. Dessa forma, a discordância instaurada entre os turnos, apesar de esperada neste contexto é um ato até certo ponto, ameaçador à face de ambos, o ouvinte e o falante, e de forma ambígua, pois ao fazê-la o falante corre o risco de perder sua face ou ser responsável pela perda da do outro, o que lhe tornaria um “desalmado” e ao não fazê-la, também se coloca em situação de perda, pois passa à audiência a face de um falante num papel institucional de especialista sobre um tema em que não é capaz de defender sua posição ou apoiar outra dita anteriormente.

Nessa situação de “beco sem saída” o falante na constante tentativa de construção de face, equilibra-se numa balança entre a orientação protetora e defensiva da face, utilizando para isso, recursos que minimizam o efeito dessas ações ameaçadoras à face do ouvinte e a sua própria. Em Brown e Levinson (1987), os minimizadores funcionam como um desses recursos que suavizam o ato ameaçador. Os autores os incluem nas estratégias de polidez negativa em *question*, *hedge* – questões, minimizadores – nas super estratégias de “não presumir/ assumir” (idem, ibidem: 131) uma suposição sobre a necessidade do ouvinte e o que é relevante a ele e também de “não coagi-lo” (idem, ibidem: 131).

Os marcadores que são normalmente classificados como minimizadores nem sempre têm que reduzir imposições, como afirma Holmes (1995). Segundo a autora, é necessário avaliar que ao analisar o minimizador “deve sempre se considerar a função que o marcador carrega no contexto” (idem, ibidem: 78), podendo exercer a função de minimizador ou maximizador. Quando um especialista num debate, por exemplo, como em nossos dados, usa o marcador de opinião *eu acho* para posicionar-se, ele transfere um peso maior a essa posição defendida, funcionando como um maximizador de sua posição, “fortalecendo em vez de enfraquecer a força da elocução” (Holmes, 1995: 93). No entanto, funciona

como um minimizador na medida em que é capaz de mitigar a força do ato expresso na elocução. Por isso, Holmes (1995) afirma que é importante observar cada ocorrência individualmente, para então definir a função desses marcadores lingüísticos.

### 2.3. A Argumentação

Se argumentar é sustentar posições contrárias dentro de um discurso (Schiffrin, 1987) e posicionar-se de forma oposta a uma elocução anterior é o mesmo que discordar dela, o desacordo, ou seja, a existência de posições opostas, pode ser considerado elemento fundamental da argumentação. Se não existisse o desacordo ou a expectativa de sua realização, não haveria necessidade de argumentar.

Nesse raciocínio, necessitamos verificar como a discordância e a argumentação estão inter-relacionadas em nossos dados, pois ao discordar no contexto de debate os participantes seguem uma estrutura argumentativa na defesa de suas posições, sendo estas, explícitas ou implícitas.

Partindo da estrutura argumentativa de Schiffrin (1987) que identifica a *posição*, a *disputa* e a *sustentação* como os três componentes da argumentação, discutiremos a aplicabilidade desses componentes a nosso estudo e como as postulações de Gryner (2000) a esse modelo contribuem para a definição da estrutura argumentativa assumida por essa proposta.

Na discussão a respeito do estudo da argumentação, Schiffrin (1987) refere-se a dois modos distintos de discurso argumentativo: o monólogo e o diálogo. O primeiro possui aspectos do discurso expositivo, como por exemplo, as explanações, enquanto o diálogo possui aspectos que caracterizam os desacordos, como as disputas e as confrontações. A autora ainda discute que apesar dessa distinção amparar muitos estudos no âmbito da análise do discurso, a argumentação não parece ser um processo nem puramente monológico nem estritamente dialógico:

Muitos estudos que, apesar de terem como foco o argumento dialógico, descrevem como os falantes sustentam e defendem posições através do raciocínio lógico e de

evidências pessoais; o cuidado do falante em sustentar uma posição, no entanto, nos leva de volta ao campo do monólogo. Então, o argumento é visto como um modo do discurso que não é nem puramente monológico nem dialógico (Schiffrin, 1987:17)<sup>13</sup>.

A autora propõe, então, uma análise discursiva da argumentação que capte tanto suas propriedades textuais, como um monólogo, quanto suas propriedades interativas, como um diálogo. Incorpora assim à sua concepção de argumentação, as propriedades desses dois modos de discurso, ou seja, as relações textuais, como também o arranjo, entre posição e sustentação são monológicas, e a organização interacional da disputa (desafio, defesa, refutação, e assim por diante) é dialógica (Schiffrin, 1987 *apud* Vieira, 2002: 16).

Van Eemeren et al. (1997: 208) enfatizam o caráter dialógico do processo argumentativo afirmando que “um argumento pode ser também construído na interação entre alguém que apresenta um ponto de vista e alguém que o desafia”. Os autores apresentam duas características centrais para o conceito de argumentação:

- 1) proposições apresentadas como asserções e outras proposições apresentadas como justificação e/ ou refutação daquelas asserções;
- 2) Os argumentos dizem respeito a uma questão que tem dois lados e provêm de dois conversacionalistas: um protagonista que apresenta uma asserção e um antagonista que questiona esta asserção, a contradiz ou nega assentimento a ela (van Eemeren et al., 1997: 209).

Dessa forma, o objetivo do falante na argumentação consiste em justificar ou refutar uma posição, com a meta de convencer o interlocutor da aceitabilidade ou inaceitabilidade de uma postura frente à posição. Assim, há uma *idéia* e um *compromisso* assumido a respeito da posição (Vieira, 2002: 68). Schiffrin (1987) já havia estabelecido que a *idéia*, o *compromisso* e ainda a *representação* são elementos do componente *posição*, que junto com o componente *disputa* e a *sustentação* formam as “três partes do argumento” (Schiffrin, 1987: 18). A *idéia* é a parte central da *posição* retratando as informações descritivas de situações, estados, eventos e ações no mundo; o *compromisso* é demonstrado através de uma asserção, ou seja, a reivindicação da verdade de uma proposição; a *representação* é considerada a forma adotada pelo falante

---

<sup>13</sup> Tradução nossa.



discordância que em termos argumentativos correspondem respectivamente a uma *posição* e *contraposição*, defendidas por falantes diferentes e ambas podendo ser sustentáveis.

A defesa da posição assumida pelo falante se realiza através do componente *sustentação*, segundo aponta Schiffrin (1987). Nos termos da autora, um falante pode sustentar uma posição em qualquer nível em que ela pode ser disputada, explicando uma idéia ou justificando uma asserção. O “qualquer nível” a que a autora se refere não é específico a atos de discordância, já que o falante pode explicar ou justificar uma asserção em outros atos de fala que não sejam necessariamente desacordos. No entanto, em nosso trabalho delimitamos o conceito de sustentação a seqüências de desacordo, por questões óbvias de análise.

Enquanto Schiffrin (1987) apresenta um único elemento – sustentação – para “explicar uma idéia ou justificar uma asserção”, Gryner (2000) na formulação de seu esquema argumentativo estabelece duas etapas para a mesma função de defesa de uma posição: a justificação / explicação e a sustentação. A primeira é usada para explicitar as causas e as razões da posição defendida e a sustentação se fundamenta em evidências que sustentam a posição, dividindo-se em evidência formal – especificação – que apresenta aspectos particulares e /ou alternativos da posição e evidência empírica – exemplificação – que ilustra a posição através de fatos concretos.

Entre essas duas etapas de Gryner (2000), a justificação / explicação e a sustentação, esta última, a nosso ver, e da forma que é definida pela autora, é potencialmente mais próxima à defesa da posição em turnos discordantes numa situação de debate, pois apresentar evidências neste contexto é mais plausível de “convencer” o interlocutor da aceitabilidade de uma postura frente a uma posição (cf. van Eemeren et al., 1996).

Isabel, retomando o exemplo (6), defende sua posição com a apresentação das evidências destacadas a seguir:

(8)

Isabel:

18                                    el día trece decir dos días después se  
19                                    habían producido muchas detenciones y se había

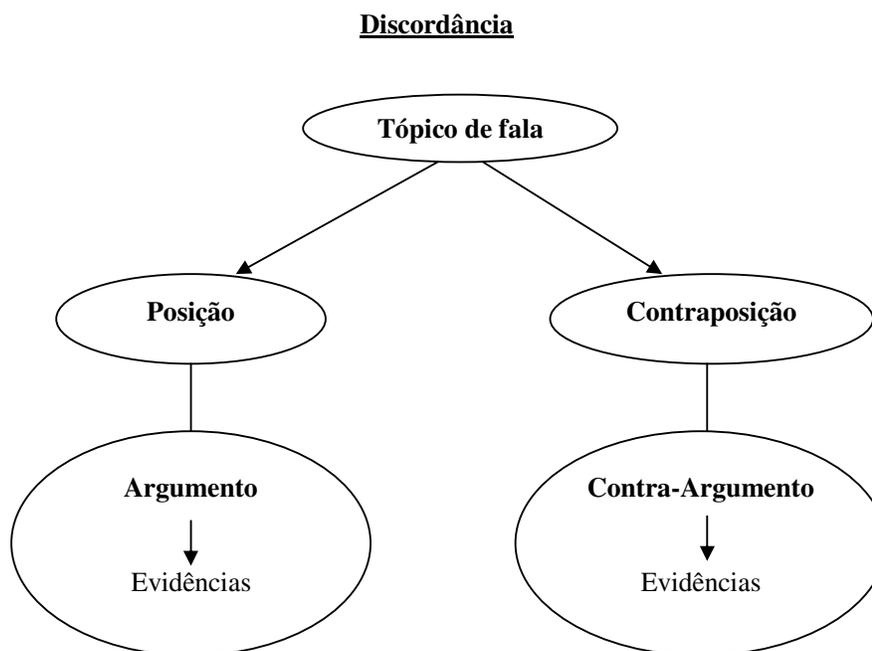
- 20 esclarecido el ochenta por ciento de lo que se ha  
 21 esclarecido desde el atentado,

Essas evidências – *muítas prisões* (l. 19) e *oitenta por cento já esclarecidos* (l. 19 – 21) - validam sua posição e a sustenta de forma aceitável na interação, até o momento em que uma contraposição surge na voz de Margarita como já vimos no exemplo (7), com a sustentação de outras evidências que precisam ser apresentadas para que a contraposição tenha o mesmo peso da posição, em termos de veracidade e aceitabilidade da audiência, e que possa desafiá-la. A sustentação, então, funciona como o próprio argumento de defesa, ou seja, são os argumentos apresentados pelo falante que sustentam sua posição. Assim como o par *posição* e *contraposição* compõe a discordância, o *argumento* e o *contra-argumento* são essenciais na realização das seqüências de desacordo em nossos dados, pois em conjunto eles formam os turnos discordantes. Em outros termos, pode-se dizer que o primeiro turno da discordância é composto por uma *posição* sustentada por um *argumento* e o segundo se forma de uma *contraposição* apoiada em um *contra-argumento*.

Na visão de Gryner (2000) a sustentação – o argumento – é a evidência que apóia a posição, sendo a evidência empírica a ilustração da posição através de fatos concretos. O conceito de evidência empírica, ou fatos concretos, – que denominaremos apenas *evidência* - como exposto em Gryner (2000) é relevante a nosso estudo, pois os participantes de nossa interação são jornalistas, na posição de conhecedores dos acontecimentos políticos e sociais que envolvem as discussões abordadas no programa, e que por isso lhe cabe sustentar suas posições através de evidências que testam a capacidade de ter a informação correta diante da opinião pública. A discordância está presente na medida em que há uma disputa de posições e argumentos sobre a veracidade da informação, apoiada em evidências, com o intuito de convencer o ouvinte de que “a razão está com quem fala, está de posse da verdade” (cf. Garcia, 1971: 361).

A partir do discutido, a figura a seguir apresenta a estrutura da discordância que seguiremos na análise deste trabalho:

Figura 2: Estrutura Argumentativa da Discordância.



Na estrutura da discordância apresentada na figura 2, as evidências do contra-argumento não necessariamente precisam ser informações novas à interação. Em alguns momentos, como veremos no capítulo de análise, essas evidências são as mesmas usadas no argumento, porém, colocadas sob outro ângulo e com pequenas diferenças do tipo a hora exata do acontecimento ou as pessoas envolvidas naquela situação, etc. Não optamos por apresentá-las como contra-evidências porque elas não se apresentam desta forma. Considerando que o prefixo *contra* se refere à oposição não podemos dizer que as evidências do contra-argumento são opostas às do argumento pelo menos não em sua totalidade. Quando falamos de evidência, segundo Gryner (2000), nos referimos a fatos que são baseados em acontecimentos públicos, considerando, então, que sejam ao menos em sua essência, verdadeiros. A diferença está no ângulo em que o analisam e como os participantes o expõem à audiência, gerando a discordância na seqüência em interação.

Penteado (1964 *apud* Garcia, 1971) em seu estudo sobre como refutar argumentos estabelece dez normas – ou sugestões, segundo o autor – para a

realização de argumentos contrários<sup>14</sup>. O autor não se refere diretamente à discordância, no entanto, percebemos que estas normas se apresentam como estratégias de contra-argumentação usadas na oposição de argumentos anteriores, o que gera uma seqüência discordante.

Vejam as dez normas ou sugestões para refutar argumentos de acordo com Penteado (idem, *ibidem*: 369):

Quadro 1: Normas ou Sugestões para Refutar Argumentos

1- Procure refutar o argumento que lhe pareça mais forte. Comece por ele.
2- Procure atacar os pontos fracos da argumentação contrária.
3- Utilize a técnica de “Redução às Últimas Conseqüências”, levando os argumentos contrários ao máximo de sua extensão.
4- Veja se o opositor apresentou uma evidência adequada ao argumento empregado.
5- Escolha uma autoridade que tenha dito exatamente o contrário do que afirma o seu opositor.
6- Aceite os fatos, mas demonstre que foram mal empregados.
7- Ataque a fonte na qual se basearam os argumentos do seu opositor.
8- Cite outros exemplos semelhantes, que provem exatamente o contrário dos argumentos que lhe são apresentados pelo opositor.
9- Demonstre que a citação feita pelo opositor foi deturpada, com a omissão de palavras ou de toda a sentença que diria o contrário do que quis dizer o opositor.
10- Analise cuidadosamente os argumentos contrários, dissecando-os para revelar as falsidades que contém.

Essas dez normas de contra-argumentação estão presentes direta ou indiretamente em nosso corpus, sendo que as mais recorrentes são as de número (5), (6), (7) e (8). A estratégia de escolher uma autoridade que tenha dito o contrário do que afirma o opositor - (5) - e citar exemplos que provem o contrário

<sup>14</sup> Apesar de sugerir normas para refutar argumentos, Penteado (1964 *apud* Garcia, 1971) reconhece que a maneira de contestá-los depende de fatores pessoais e de circunstâncias diversas.

do argumento - (8) - são formas eficazes de contra-argumentar em nossos dados de debate político, visto que os participantes apresentam como evidências não só exemplos, mas declarações de autoridades governamentais que nem sempre são “aceitas” pelos participantes desta atividade de fala, o que os faz atacar a fonte na qual se basearam os argumentos - (7) - e/ ou demonstrar que os fatos foram mal empregados - (6) - por seu opositor.

Desta forma, os interagentes na argumentação institucional estão em constante busca de evidências que sustentem seus argumentos e posições como sirvam também de contra-argumentos e contraposições. Nesse jogo argumentativo as evidências ocupam um papel essencial na disputa pelo o que é considerado “certo” ou “errado” no desenvolvimento da interação.

No presente capítulo, abordamos inicialmente os pressupostos de duas tradições de pesquisa, que assumem o modelo interacional de comunicação e norteiam teoricamente este estudo: a Sociolinguística Interacional fundamentada em Goffman (1967, 1974, 1981) e em Gumperz (1982a, 1982b, 1999b), e, a Análise da Conversa. Em um segundo momento, foi realizada uma revisão sobre as principais discussões na literatura pertinente sobre a discordância e como ela vem sendo abordada em diferentes tradições de pesquisa. Por último, tratamos da estrutura argumentativa e sua relação com a discordância.

No capítulo a seguir, é apresentado o suporte metodológico a este estudo.